

“É preciso declarar o inconformismo”

Esta é a íntegra do manifesto divulgado pela Associação dos Magistrados Brasileiros:

“A AMB — Associação dos Magistrados Brasileiros —, no cumprimento de indeclinável responsabilidade social e dever cívico, vem manifestar-se a respeito do delicado momento político, que se caracteriza pelo evidente desequilíbrio entre os poderes da República, a importar em ruptura dos princípios democráticos do Estado de direito.

É preciso, uma vez mais, declarar o seu inconformismo, alertando todos os brasileiros sobre os efeitos perversos na ordem social, econômica, política e jurídica decorrentes da conjuntura onde, a pretexto de se modernizar o País, as reformas constitucionais em

curso tendem a dismantlar o Estado, incapacitam-no de exercer sua função social mínima, submetendo-o a uma nova forma de colonialismo.

Não se pode admitir que, para realização de objetivos governamentais, visando a uma nova ordem internacional de supremacia econômica e política, desenvolva-se um processo reducionista do parlamento e de aviltamento do Judiciário.

Verifica-se que, o desempenho do poder Judiciário, buscando assegurar a reparação das ameaças ou lesões a direitos individuais e sociais, vem-lhe custando seguidas tentativas de desmoralização pública, atreladas a propostas concretas de submissão institucional.

Esse projeto nocivo de exercício do poder político faz com que, na

esteira dos efeitos da globalização, a ordem constitucional e todos os que a defendem tornem-se obstáculos a serem afastados.

Em vez de os governos se ajustarem à Constituição, querem a reforma em sua estrutura basilar, atendendo a interesses conjunturais e desrespeitando as regras pertinentes ao processo de mudança do ordenamento jurídico. Ressalte-se o uso corriqueiro e indiscriminado das medidas provisórias, que ultrapassando os limites constitucionais de relevância e urgência, vê-se agravado pela prática abusiva de reedição invadindo seara própria do Legislativo.

Os juízes estão comprometidos com o Estado democrático de direito e reconhecem a necessidade de aperfeiçoamento do Judiciário, que exige a adoção de mecanis-

mos de maior acesso à Justiça, de democratização interna e concretização da autonomia administrativa e financeira dos Tribunais, e de plena eficácia das decisões judiciais.

As garantias da magistratura, consignadas na Carta da República pela sua relevância para a independência do poder Judiciário, expressam efetiva proteção dos direitos e do mais evidenciado interesse da sociedade.

Assevera-se, finalmente, que as reformas necessárias à elevação do nível de cidadania, à eliminação da exclusão social, à defesa do patrimônio nacional, precedida de amplo debate democrático, objetivando os reais interesses do País, contarão com o apoio da magistratura brasileira, integrada às melhores aspirações coletivas.